COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.713, DE 2008

Acrescenta § 2º ao art 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.

Autor: Deputado DAVI ALCOLUMBRE

Relator: Deputado MANATO

I - RELATÓRIO

O projeto ora analisado acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei que restringe a venda de esteróides anabolizantes. A proposta é obrigar estabelecimentos esportivos e similares, academias de ginástica ou clubes a exibirem placas de advertência sobre o uso de anabolizantes, suas conseqüências e penalidades aplicáveis aos que comercializam estes produtos desobedecendo às exigências legais.

O Autor justifica sua proposta ressaltando os malefícios do uso destas substâncias, não apenas o potencial de levar ao óbito, mas das conseqüências para a saúde, como problemas hepáticos, aparecimento de tumores, problemas cardíacos. Em se tratando do uso injetável, lembra ainda a possibilidade da transmissão da Aids ou hepatite.

Em nossa Comissão não foram apresentadas emendas. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania procederá à análise em seguida.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta vem complementar as disposições sobre a restrição da venda de esteróides anabolizantes. A idéia de exibir advertências sobre o risco do uso destas substâncias em locais onde se prioriza a aparência e a forma física é bastante oportuna.

As repercussões do uso indevido de anabolizantes são, de fato, extremamente perigosas para a saúde – não se pode ignorar os riscos descritos, que podem chegar até mesmo à morte.

Acreditamos tratar-se de medida simples, que não acarretará custos significativos. Ponderamos que ela pode representar uma forma bastante eficaz de atingir os sujeitos mais expostos à tentação de utilizar estes produtos para desenvolver músculos e perder gorduras de forma mais rápida.

Desta forma, não vislumbramos obstáculos para aprovar o projeto. Assim, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.713, de 2008.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado MANATO
Relator